



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
9ª Gestão

Data da Reunião: **07 de maio de 2026**

Local: Rua Líbero Badaró nº 504, 18º andar - Auditório. Centro – São Paulo

Aos sete dias do mês de maio do ano 2026, às 14h00, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar - Auditório, centro, em São Paulo, reuniram-se para a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Habitação – 9ª Gestão, conforme lista de presença, os **membros (as) e Conselheiros (as) presentes: Conselheiros (as) presentes:** Carlos Augusto Manoel Vianna (SEHAB), Rafael Barreto Castelo da Cruz (SEHAB), Alan Eduardo de Paula (SEHAB), Maria José Gullo (COHAB-SP), Paula Heloisa Furtado Sabaté (SMUL), Georgia Santaniello Abejon (SMUL), Isaac Libardi Godoy (SF), Maria Isabel de Oliveira Capinan (SGM), Carlos Ailton dos Santos Júnior (SMADS), Maria Fernanda Penha Machado (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Sônia Aparecida da Cruz (Centro Educacional Instituto Freire), Lucas Armando Andrade de Castro (Centro Educacional Instituto Freire), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de SP), Flávia de Souza Freire (Fórum dos Mutirões de SP), Maksuel José da Costa (MSTI), Sheila Mendes do Nascimento (MSTI), José Tadeu Pedrosa (Esporte Clube Estrela do Jardim Formosa), Luiz Alberto Camargo Filho (Esporte Clube Estrela do Jardim Formosa), Paulina Maria da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Claudino Alencar (Associação do Mov. Sócio Assistencial e Humanitário no Estado de São Paulo), Ana Maria Cristina de Lima Coimbra Luciano (UMAJA), Eduardo dos Santos (UMAJA), Márcia Andreia Souto Barreto de Araújo (Associação Acezos), Vera Eunice Rodrigues da Silva (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste), Fredson Almeida Lima (Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona), Talita dos Santos (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Terezinha Rodrigues Romão (Instituto Hope Box), Eduardo dos Santos (SINDUSCON-SP), Adriana da Silva Nobre (Instituto Levi Leal), Mário Sérgio Santos de Oliveira (ULCM), Henrique Salva Geddo (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Cintia Almeida Fidelis (Ambiente Trabalhos para o Meio Habitado), Guilherme Leme Perazza (APEMEC), Edson Carlos Faleiros (APEOP), Janaína Krohling Peruzzo (SENAC), Carolina Maria Pozzi de Castro (CAU-SP), Fernanda de Macedo Haddad (CAU-SP), Isadora de Andrade Guerreiro (FAU-SP), Marília Gabriela Bello Garcia (FAU-SP), Carmem da Silva Ferreira (PROJETECH), Rafael Ayres da Silva (SECOVI-SP), Luzia Barbosa Antunes Simões (SINDSEP), Camila Fiuza Correa da Silva Ali (SINDUSCON-SP), Camila Yumi Onia (Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Paulo Emilio Buarque Ferreira (IAB-SP) e Fernando Botton (Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado). **Convidados (as) presentes:** Kátia Silene Batista dos Santos (SEHAB/GABINETE), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Laís Renata Rosa de Oliveira (SEHAB/SECMH), Dulce Helena dos Passos Santana (Taquiografia), Entre outros. **Conselheiros justificaram ausência:** Edsom Ortega Marques (COHAB-SP), Rômulo Luís de Lima Ripa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Aguinaldo da Silva França (ANESF), Orlandina Rodrigues Matias (Associação de Mulheres Santa Terezinha), Margarida Bernardina dos Santos Ramos (ULCM), Beatriz Kara José (SENAC) e Marco Antônio Teixeira da Silva (SASP). **Conselheiros (as) ausentes:** Álvaro Mendes Martins (SEHAB), Diogo Soares (COHAB-SP), Silas Pereira Costa (SEHAB), Marcela Cristina Arruda Nunes (SEGES), Natália Cardoso D Amato (SIURB), Giulia Zanganatto (SMUL), Augusto Fernandes Neves (SMADS), Ticiane Costa D'aloia (CDHU), Bruna Araújo Sena Moreira Viana (SEHAB), Moisés Amorim Canazza (COHAB-SP), Rodrigo Mendes Romão (CEF), David Prando Cotta (CEF), João Paulo B. Greco, Ricardo Nagliati Toppan (SMUL), Vinicius de Oliveira Nascimento (SIURB), Henry Yoshinobu Yokoyama (SF), Ligia Maura Basso Lamberti (CDHU), Marcos Henrique Souza de Oliveira (Instituto Dona Romilda), Wellington Adriano da Silva (Instituto Hope Box), Levi Leal Rita (Instituto Levi Leal), Maria de Fátima Lacerda (ANESF), Alexandre Fernandes da Silva (Movimento Comunidade União e Luta da Casa Verde), Ana Paula Luiza da Silva Campos (Associação do Mov. Sócio Assistencial e Humanitário no Estado de São Paulo), Luiz Domingos dos Santos (Instituto Dona Romilda), Paula Soares da Silva (Associação Acezos), José André de Araújo (MDM), Simone Ferreira Gatti (IAB-SP), Daniel Calife Guerra Costa (OAB-SP), Isabel Kausz dos Reis (UGT-SP), Mariana Chiesa Gouveia Nascimento (OAB-SP), Ivaneti de Araújo (PROJETECH), Celso Luiz Petrucci (SECOVI-SP), Janaína Belo de Oliveira (SINDSEP), Luiz Hamilton de Souza (UGT-SP), Liana Paula Perez de Oliveira (SASP) e Edenilda das Neves Carneiro Souza (MDM). **Pauta da Reunião:** **Item 1 – Aprovação de Ata** - Apreciação e deliberação sobre a Ata da 1ª Reunião Extraordinária do CMH, realizada em 19/03/2026. **Item 2 – Edital de Credenciamento das Entidades – Programa Pode Entrar.** **Item 3 – Proposta de Alteração do Regimento Interno do CMH** - Alteração da periodicidade das reuniões do Conselho - Agenda/Calendário do Conselho Municipal de Habitação. **Item 4 – Discussão sobre a Conferência Municipal de Habitação.** **Item 5 – Outros Assuntos.** **Início da reunião:** Sr. Secretário: Boa tarde a todas e todos. Vamos abrir a nossa Reunião do CMH, a 2ª Reunião Extraordinária do CMH, 9ª Gestão de 7 de maio de 2026. Mais uma vez, obrigado pela presença. Nosso primeiro item de pauta é a apreciação e deliberação sobre a Ata da 2ª Reunião do CMH, realizada em 16 de abril de 2026. Sr. José Tadeu: O senhor está presidindo a reunião? Sr. Secretário: Sim. Sr. José Tadeu: Poderia se apresentar, por favor? Sr. Secretário: Eu sou Rafael Cruz, sou Secretário Adjunto de SEHAB. Vamos colocar em votação a aprovação da Ata, está submetido ao Conselho. Aqueles que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Vamos ao segundo item de pauta, que é o Edital de Credenciamento das Entidades do Programa Pode Entrar, proposto pelo Conselheiro Maksuel. Vamos abrir a discussão. Sr. Maksuel: Bom, primeiramente boa tarde a todos, satisfação. Sobre a questão do segundo item de pauta... Sra. Marisete: Boa tarde. Só um minutinho, Maksuel. Deixe-me só fazer uma fálina antes de você dar início, por favor. Sr. Maksuel: Fica à vontade. Sra. Marisete: Bom, eu sou a Conselheira Marisete, e eu só queria deixar claro que esse ponto que o Maksuel vai ler agora foi discutido entre todos os movimentos. Então, é uma pauta que ele vem

dos movimentos e não especificamente do Conselheiro Maksuel. Ele está representando o nosso grupo, mas é uma discussão que foi feita no coletivo. Então, só para deixar claro, Maksuel, para não ter, depois discrepância de conversa. Obrigada e boa tarde. **Sr. Maksuel:** Está certo. Acho que é importante fazer essa colocação, porque quando nós temos que apresentar a pauta para a Secretaria Executiva, ela tem que ser apresentada por um Conselheiro. Mas a representação aqui, com certeza é de objeto e de importância para todo o Conselho, correto? Então, por isso que temos como importância fazer a discussão dessa pauta, que é a proposta de credenciamento, a Resolução de credenciamento sobre a questão de habilitação das propostas das entidades que participaram dos editais, para deixar bem claro, dentro da modalidade no qual podem entrar entidades. Só vou pedir primeiro, Secretário, uma inversão de pauta, porque nós temos aí uma questão em pauta, que eu acho que é o item 3. Eu gostaria que o Zum, antes de fazermos a leitura aqui, o Zum se colocasse sobre essa questão, até para ter tempo aqui para discutirmos. **Sr. José Tadeu:** Olá, pessoal, novamente, boa tarde, eu sou o Conselheiro José Tadeu, conhecido como Zum. Na realidade, até consta na ata que eu pedi para ser retirada essa pauta, que é o item 3, que seria a deliberação para as reuniões serem mensalmente. Atualmente, elas são bimestrais, e coloco posteriormente, é para retirada da pauta mesmo, o item 3. **Sr. Secretário:** Obrigado, Maksuel, obrigado, Zum, pela manifestação. Acatamos então a remoção da pauta do item 3, da alteração do regimento. Vamos passar à discussão novamente do item 2, aberta a discussão. **Sr. Maksuel:** Como foi falado aqui pela Marisete e pelos companheiros que estão aqui, eu quero fazer uma reflexão aqui muito clara sobre a questão da política habitacional da cidade de São Paulo. Secretários municipais de habitação da cidade de São Paulo nos últimos 20 anos, vamos colocar aí para todo mundo entender a história, um pouquinho da história, porque fala 20 anos, parece que está tão distante, mas são pessoas que estiveram tão próximas de nós por muito tempo para discutir essa questão, que é importante fazermos uma reflexão antes de chegar à questão do credenciamento aqui, Secretário. Então, vamos falar alguns nomes. Gestão Serra, 2005-2006, Ermínia Maricato, quem conhece, sabe. Gestão Gilberto Kassab, 2006-2012, Orlando de Almeida Filho, de 2007 a 2012. Gestão Fernando Haddad, 2013-2016, João Farias, Secretário Municipal de Habitação. Gestão João Dória, famoso nosso amigo Fernando Chucre. Gestão Bruno Covas, teve Orlando de Almeida Filho, teve o João Farias, todo mundo aqui conhece o João. Gestão Ricardo Nunes, teve o João Farias, Milton Vieira, Sidney Cruz, e hoje, o atual Secretário, o Diogo Batista Soares. Mas também passou Elizabete França, e outras personalidades dentro da questão da Secretaria Municipal de Habitação. O que nunca esses movimentos deixaram de fazer aqui foi discutir com todos os Secretários Municipais de Habitação. Todos os Secretários Municipais de Habitação que passaram por esta Casa, todos os movimentos que estão aqui representados, tem pauta, tem terreno, tem obra, tem projeto, tem choro, tem lágrima, tem sangue, tem manifestação, tem ocupação, tem história que foi contada dentro da Secretaria Municipal de Habitação. Então, essa pauta que estamos trazendo aqui, como foi colocado pela Marisete, não é uma pauta nova, é uma pauta justa para a cidade. Nós, como Conselheiro Municipais de Habitação, e como lideranças de movimentos dessa cidade, em todas as áreas, tanto técnica, tanto arquitetônica, tanto de assessoria, nós ajudamos a construir o atual projeto habitacional que tem dentro dessa cidade. Uma das principais pautas que tínhamos era justamente nos Conselhos participativos da vida que participamos, era que a cidade de São Paulo tivesse uma política própria sobre a questão de habitação. Quando essa discussão veio do Executivo e foi para a Câmara Municipal para discutir com os vereadores, movimentos, aqui dentro da sua representação, foi para dentro da Casa discutir com os vereadores. Foi gabinete por gabinete falar sobre a questão do Programa Pode Entrar. Participamos de todas as audiências, de todas as comissões, para que nós chegássemos a um objetivo comum, independente de direita ou de esquerda, para mim não importa, não interessa. Para mim não interessa essa questão partidária. Interessa o que vamos ter de política para atender as demandas que estão dentro da periferia, para atender de política as demandas que estão dentro dos cortiços, para atender de política as demandas que estão dentro das ocupações, isso daí interessa. Para mim não interessa esquerda, direita, que é Ministro da Justiça, isso daí não interessa. O que interessa é ter uma política que realmente atenda. Então, quando trazemos essa justificativa para a realização e apresentação da proposta de Resolução, ele vem com todos esses nomes que eu acabei de falar. Bom, vou ler essa questão dessa proposta, essa justificativa, para que depois possamos abrir aqui para o plenário, para que os Conselheiros tragam contribuição aqui para o coletivo. “A presente proposta de Resolução tem como objetivo promover o aprimoramento das diretrizes aplicáveis à etapa regular de apresentação de propostas no âmbito da modalidade Entidade do Programa Pode Entrar, fortalecendo a segurança jurídica, a previsibilidade administrativa, a transparência institucional, a efetividade da política habitacional do município de São Paulo. A modalidade Entidade já se encontra instituída no âmbito do Programa Pode Entrar, nos termos da Lei Municipal nº 17.638/, não sendo objeto da presente Resolução e sua criação ou alteração estrutural. Isso é importante constar aqui. A presente iniciativa possui natureza exclusivamente orientadora e deliberativa no exercício das competências legais do Conselho Municipal de Habitação, CMH, previsto na Lei Municipal nº 13.425/2002 e no Regimento Interno do Conselho Municipal. A proposta busca consolidar diretrizes gerais voltadas à organização da etapa regular de apresentação de propostas de associações cooperativas habitacional previamente habilitadas promovendo maior estabilidade institucional e segurança jurídica para o Poder Público, para as entidades participantes e para a própria política habitacional da cidade. O texto observa integralmente as competências administrativas do Poder Executivo Municipal, não criando obrigação automática de contratação, aquisição de imóveis, seleção de proposta ou destinação compulsória de recursos públicos. Preservando-se a discricionariedade administrativa, os critérios técnicos e a disponibilidade orçamentária e financeira aplicável. A Resolução também reafirma a implantação de modalidade de entidades. Deverá observar não apenas os recursos do Fundo Municipal de Habitação, o FMH, mas igualmente a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB, e os recursos vinculados ao Programa Pode Entrar e demais fontes legalmente autorizadas, conforme a Lei Orçamentária Anual - LOA, com a legislação vigente. Da mesma forma, a proposta reforça a necessidade de observância dos percentuais mínimos de destinação de recursos previstos na legislação aplicável ao Programa Pode Entrar para atendimento das associações e cooperativas habitacionais habilitadas, assegurando a coerência entre a execução orçamentária e os objetivos sociais do Programa Habitacional. No tocante à situação fundiária, a presente Resolução estabelece diretrizes destinadas a garantir

estabilidade jurídica, viabilidade técnica e segurança institucional das propostas apresentadas, priorizando imóveis públicos destinados ou passíveis de destinação Habitação de Interesse Social - HIS, imóveis de propriedade das entidades proponentes e imóveis amparados por instrumentos jurídicos válidos e estáveis. A proposta também evita interpretações que possam gerar obrigação indireta de aquisição de imóveis privados pelo Poder Público, preservando a legalidade administrativa, o interesse público e a segurança jurídica dos procedimentos futuros. Além disso, o texto estabelece os princípios constitucionais da Administração Pública, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e transparência, bem como os princípios da função social da cidade e da propriedade previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade. A presente Resolução ainda amplia os mecanismos de acompanhamento e controle social do Conselho Municipal de Habitação - CMH, garantindo maior transparência quanto aos chamamentos públicos, critérios de seleção, execução das propostas e aplicação dos recursos públicos vinculados à política habitacional municipal. Trata-se, portanto, de medida voltada ao fortalecimento institucional da política municipal de habitação, ao aperfeiçoamento da modalidade Entidades do Programa Pode Entrar e a ampliação da efetiva do direito social moradia digna do município de São Paulo. Como falou a Marisete, tem que ter um Conselheiro para assinar, mas eu creio que é de vontade e manifestação dos demais Conselheiros que vão nesse momento ao final da minha fala poder também dar sua contribuição. Quem assina dia 7 de maio de 2026, Maksuel José Costa, Conselheiro Municipal de Habitação da Cidade de São Paulo”. Esta aqui é a justificativa que eu tenho entregar em mãos do Secretário sobre a questão, porque é importante termos a questão do credenciamento dessas propostas aqui das entidades habilitadas dentro do Programa Pode Entrar. Muito obrigado. **Sr. Secretário:** Muito bom. Excelente. Agradeço, Maksuel, Conselheiro, a Marisete pelas ponderações. Primeiro, agradecer pela memória, memória muito fiel. Acho que é excelente. Eu acho que temos uma oportunidade interessante para colocarmos à mesa e para discutirmos, da oportunidade de nos debruçarmos sobre essa Resolução, e ainda talvez ampliar a nossa reflexão, até para discutirmos o Plano Municipal de Habitação, uma pretensa ou possível modernização do Plano Municipal de Habitação, que possa inclusive dar mais garantia ou segurança jurídica para o Pode Entrar Entidades. Então, eu tenho uma proposta de encaminhamento para colocar ao Conselho, para refletirmos juntos. Se isso não pode ser interessante, abrimos um grupo de trabalho para discutir a Resolução do Pode Entrar a entidades, somando a discussão da pretensa revisão do Plano Municipal de Habitação. Montamos uma agenda de trabalho, um grupo de trabalho plural para discutir, de novo, uma atualização do PMH, uma modernização da política municipal da habitação do município, incorporando também esses novos achados do Pode Entrar. **Sr. Maksuel:** Secretário, acho importantíssima a sua colocação, vai de encontro justamente com o terceiro ponto de pauta que nós temos, que é a questão de realização da Conferência Municipal de Habitação, que o nosso objetivo está aqui também a justificava, logicamente, quando for aberto aí, para estarmos fazendo a leitura, ou fazer a mesma leitura que nós fizemos em defesa da questão do credenciamento, mas nós achamos importante, acho importante que é importante ouvir os outros Conselheiros, que aqui é uma proposta de Resolução, aqui não é Resolução finalizada, porque até então tem que ter um entendimento jurídico da Casa, tem que ter um entendimento jurídico da SEHAB, um entendimento técnico de como vai ser construída essa Resolução, essa Resolução é para que nós iniciássemos justamente o que você acabou de colocar, que é este debate tão importante que a cidade tem que fazer, e eu quero fazer dentro dessa gestão. Então, acho que é importante, os Conselheiros ali estão apreciando, estão fazendo a leitura, acho que é importante abrimos aqui para ver o que eles entenderam sobre essa questão da Resolução, creio que a proposta de Resolução foi para todos os Conselheiros, eles têm observância dentro dessa questão, para que nós dentro da parte técnica, a Kátia, o doutor, consigamos anotar e trazer, não sei se hoje, mas em um futuro muito breve, essa proposta consolidada. **Sr. José Tadeu:** Maksuel, acredito que todos receberam a proposta de Resolução via e-mail, o texto da Resolução. Não. Porque na reunião anterior, Presidente, já íamos começar a discussão, aí não tinha o tempo hábil dos 10 dias para apreciação dos Conselheiros, aí por isso que nós pedimos a Extraordinária já hoje, para estar falando essa pauta exclusivamente da Resolução. O Plano Municipal de Habitação aí é outra pauta, essa é uma e o Plano é outra, para essa não ficar inserida dentro do contexto do Plano Municipal de Habitação. **Sr. Maksuel:** Todos receberam esse e-mail aqui? **Sra. Isadora:** Nós não recebemos. **Sr. Maksuel:** Enviaram dia 27 de abril. **Sr. Henrique:** Maksuel, vou fazer uma proposta aqui, se vocês toparem, eu não sei se a reunião vai ficar extensa, mas para não empacar a discussão, mostrar a Resolução aqui no telão. Será que não conseguimos ver junto, já que não foi por e-mail? Vamos fazer a leitura conjunta, senão não vai para frente. Pessoal, pela ordem, de fato foram três arquivos enviados na convocatória, eu ia fazer uma sugestão para a apreciação do Conselho, para refletirmos junto, ao invés de gente simplesmente apreciar e deliberar sobre a Resolução, de novo, que estabeleça um grupo de trabalho, que possamos nos debruçar só sobre essa Resolução. Enviamos a Resolução apresentada, e abre um grupo de trabalho para discutir essa Resolução de forma mais aprofundada. **Sr. Maksuel:** Eu concordo, acho que seria importante. **Sr. Henrique:** Então, o que eu propus é discutirmos nesse grupo de trabalho a Resolução, que eu acho que é superimportante, é uma discussão atual, que todo mundo se debruce sobre essa Resolução, possa trazer construtos a ela, que eu acho que vai ser super rico no âmbito do Conselho, mas que, na verdade, possamos ampliar o objeto desse grupo de trabalho, para que possamos perceber como o Pode Entrar Entidades pode ajudar a modernizar o PMH. Então, claro, ela tem um objeto específico que se debruce sobre a Resolução, mas também que possa fornecer *insights* para começarmos elaborar a revisão do PMH. De novo, é uma proposta que encaminho ao Conselho para discutirmos junto. **Sra. Isadora:** Boa tarde a todas e todos. Eu sou Isadora Guerreiro, representante da FAUSP. Acho que os assuntos estão se confundindo aqui, eu estou concordando com o que está sendo colocado. Acho que uma questão é a Conferência, para pensarmos um PMH, que é realmente muito bem-vindo, porque na verdade este Conselho em 2016, aprovou o Plano Municipal de Habitação, que ficou parado na Câmara até hoje, não foi aprovado. Eu era Conselheira naquela época, e a gente aprovou, teve um longo GT, com muitas coisas que discutimos, saiu um plano superinteressante deste CMH e ficou parado na Câmara, um super desrespeito a este Conselho. Então, acho super válida essa pauta de pensarmos um novo Plano Municipal de Habitação. Mas essa é outra pauta, nós estamos numa pauta agora que tem a ver com o credenciamento de novas entidades para o Pode Entrar, e não para um Plano Municipal de Habitação.

Então, estamos discutindo o Pode Entrar neste momento. E aí eu queria, senhores Conselheiros e Conselheiras, falar uma questão superimportante, inclusive porque estamos no início de uma nova gestão do CMH aqui, não só com Conselheiros que já estavam na gestão anterior, mas novos Conselheiros. E estamos passando por uma mudança muito grande no Pode Entrar. Mudança essa que tem a ver com as discussões que estávamos fazendo na última gestão, que é finalmente o começo da entrega do Pode Entrar Aquisição a partir deste ano. A gente teve várias discussões sobre a modalidade Aquisição, e elas vão começar a ser entregues agora. Isso vai fazer uma grande alteração no programa, por quê? E aí é superimportante termos essa gestão do Conselho. Eu peço que conste Ata, e é uma requisição para a Mesa, que na próxima reunião do Conselho tenha uma apresentação do andamento do Pode Entrar. Quantas unidades contratadas de cada modalidade, quais os empreendimentos, quantas já estão contratadas, prazos, quer dizer, um balanço do Pode Entrar, para que este Conselho consiga trabalhar. Aparecerá, com certeza, neste balanço, um dado fundamental que é todos esses primeiros anos do Pode Entrar, que tem três, quatro anos, foi 21 que começou, ou seja, os primeiros cinco anos do maior programa municipal de habitação que esta cidade já teve, superimportante, quem entregou mais unidades foram as entidades. Com certeza este número aparecerá. Por isso que precisamos desse balanço, para mostrarmos para a cidade toda a importância que as entidades têm em um dos maiores programas, inclusive habitacionais, certamente o maior programa do país. É para que este programa tenha a relevância que ele tem, e nós estamos trabalhando juntos para isso, que essas entidades estão aqui. Estão apoiando um programa importante para elas, que precisam de recursos, de terrenos e tudo mais. Então, nós estamos aqui pedindo, não é nenhum tipo de favor, inclusive porque o Maksuel colocou na justificativa uma coisa fundamental que está na legislação do Pode Entrar, que é, não sei se todo mundo lembra quando discutimos aqui no CMH, a proporção de 40%, 40%, 20%. As entidades tinham 40% do programa, e quando olhamos os recursos e unidades colocados para o Pode Entrar Aquisição, vemos que essa proporcionalidade está completamente equivocada no momento nessa mudança para as entregas do Aquisição, que vão começar este ano. Então, gente, estamos aqui numa mesa de negociação, basicamente. Vocês sabem que podemos colocar um processo no Ministério Público dizendo que a Prefeitura simplesmente não está fazendo as proporções que estão na Resolução. O programa está descompensado, e o que as entidades que foram as que sustentaram o programa nos primeiros cinco anos, foram elas que entregaram a maioria das entidades, a grande maioria das entidades, das unidades. No ano de 2025, foram cerca de 1.500 unidades entregues pelas entidades. Esses números têm que aparecer, tem que serem mostrados nessa reunião do CMH para mostrarmos a importância das entidades. O que as entidades estão pedindo nesse momento é respeito pelo que fizeram por um programa que é de todo mundo aqui, inclusive pela luta que tiveram para que esse programa existisse. Só queremos credenciamento, sabe assim? O que o Maksuel colocou aqui não é nem requisição de terrenos, o que nós queremos em seguida. Nós queremos no início o credenciamento de entidades, então não conseguimos entender a resistência da Prefeitura em fazer credenciamento de entidades que foi o que levou esse programa nas costas, nas mãos de quem carregou cimento durante cinco anos para fazer esse programa andar. É respeito o que estamos pedindo. Então, não tem grupo de trabalho, tem discussão no CMH, queremos uma resposta da Prefeitura para credenciamento de entidades. É isso. **Sr. Carlos Vianna:** Mas aonde que as entidades não tiveram respeito neste governo? **Sra. Isadora:** Estamos pedindo faz duas reuniões... **Sr. Carlos Vianna:** Não, não. Você está falando do todo. Eu perguntei da onde que as entidades não tiveram respeito. **Sra. Isadora:** Porque estamos pedindo credenciamento de um novo ciclo e vocês estão dizendo... **Sr. Carlos Vianna:** Mas essa é a sua fala, Isadora. Você não pode colocar isso como na verdade uma repercussão geral. O Governo sempre tratou as entidades muito bem. Inclusive você pautou, e é verdadeiro, que é o maior programa habitacional municipal da história da cidade de São Paulo. Vamos avançar e por isso que estamos tratando aqui da questão da discussão de um grupo de trabalho. Inclusive, esse programa só existe porque existem 100% de recursos do Governo Municipal. Uma escolha do Ricardo Nunes, do nosso Prefeito em priorizar a habitação na cidade de São Paulo. Então, não tem dinheiro do Governo Federal. Inclusive, nossa pauta com a União Nacional dos Movimentos de Habitação foi por que o governo federal não aumenta o recurso para fechar com São Paulo? Porque hoje a disponibilidade dos recursos colocados pelo Governo Federal, que é zero na cidade de São Paulo. Nesse programa, nove bilhões de reais é do Tesouro Municipal. Então, respeitamos as entidades. Vamos continuar respeitando e dialogando, mas sempre com transparência. **Sra. Isadora:** A transparência que nós queremos são os dados. Vocês têm que mostrar os dados então. **Sr. Carlos Vianna:** Pode mostrar os dados. Os dados são abertos. Inclusive, para todo mundo. Então, agora é uma pauta diferente que você está colocando. Aí você pode fazer uma sugestão de uma apresentação para uma próxima reunião do Conselho Municipal. **Sra. Isadora:** Foi o que eu fiz. **Sr. Carlos Vianna:** Perfeito. Mas você não pode dizer que são dados que não são transparentes. **Sra. Isadora:** Tudo bem. Agora, sobre a pauta. Vamos voltar à questão da pauta. A questão do respeito, Carlos, a questão é a seguinte. Tivemos um primeiro ciclo de credenciamento das unidades que resultou nessas grandes entregas nos últimos cinco anos. E a Prefeitura disse, nas últimas reuniões, que não fará um novo ciclo, que não tem dinheiro para as entidades. Sendo que você acabou de dizer nove bilhões, sabemos que oito desses estão para Aquisição. Então, por isso que queremos os dados. Queremos os dados de quantos recursos vão para as entidades e quanto está indo para o Aquisição, para entendermos se os 40, 40, 20 estão sendo respeitados. E quando eu falo respeito, entendo que até hoje esse respeito se deu porque, inclusive, as entidades estavam levando o programa nas costas. A gente quer um novo ciclo de contratações. É uma coisa muito simples que queremos. **Sr. Carlos Vianna:** Falar que não tem respeito não é uma fala justa. A meu entender, na verdade estamos sempre dialogando com as entidades, avançando. A gente sempre recebeu todas as entidades, todas, todas. Independentemente de qualquer situação, sempre dialogamos. Mostrando, na verdade, a situação da municipalidade em poder avançar no programa, que eu acho que é superimportante. É uma matéria que precisamos cada vez mais colocar em pauta. Temos discutido as questões do recurso para que possamos ampliar verdadeiramente, de maneira objetiva. **Sr. Maksuel:** Boa tarde, satisfação. Antes de você chegar, fiz a apresentação da justificativa da importância justamente do credenciamento. O Secretário Adjunto colocou também a visão. E eu acho que toda a discussão aqui está sendo válida. Este é o objetivo do Conselho, é discutir. Vivemos logicamente numa sociedade e tem pensamentos contrários a todo momento. Eu não consigo chegar ao objetivo comum dentro da minha própria casa. As

vezes a mulher quer uma coisa, eu quero outra e depois eu quero azul, ela quer rosa e no final ela escolhe rosa e pronto. É assim que funciona. Mas eu acho que o importante que o Secretário Adjunto colocou é uma discussão que está sendo colocada que há pouco tempo não tínhamos nem este debate. E para termos os projetos habilitados das associações que passaram pela habilitação do edital, temos que ter o credenciamento. Eu acho importantíssimo ter este debate. Este debate é válido, mas ele tem que chegar ao objetivo comum para todo mundo e todo mundo tem que sair daqui contemplado, de alguma forma. Aí entra, Marisete, a importância de ter um Conselheiro. Quando você fala num processo mais amplo, se todo mundo acena, cada um, no momento, pode defender uma ideia. Quando você tem o direcionamento de um Conselheiro, que é isso que está dentro do Regimento Interno, lá não está previsto que pode apresentar uma proposta no coletivo e sim no individual. Apresenta no individual e defende no coletivo. Que é isso que nós estamos fazendo aqui. E todas as propostas têm que ser válidas. Só não podemos politizar a situação. Temos que trabalhar pela cidade e fazer a construção dessa cidade. E o que está sendo discutido é pela construção da cidade. Quanto Cacá defendeu, quando a Conselheira está defendendo, é uma construção coletiva. É óbvio que vai ter momentos que vai ter um enfrentamento mesmo, é normal, porque temos pressa de fazer a cidade andar. Mas eu entendo, Cacá, a sua preocupação e do Secretário Adjunto, que nós temos que caminhar com serenidade, com seriedade, com paciência. Porque nós já começamos a discussão. Então, nesse sentido, o meu objetivo já está sendo alcançado. Perfeito? Que é discutir essa situação. Porque a pouco prazo nem isso estávamos discutindo. Nem ter a possibilidade de ter um credenciamento para as entidades que estão habilitadas tinha. Porque como que vamos assinar o contrato? Se apresentarmos a proposta de credenciamento. Quanto que é a área, se essa área é ZEIS ou não, se ela tem projeto ou não, se ela está em SMUL para aprovação ou não. Temos que entender qual que é esse projeto. Como que o Secretário vai assinar a contratação se tem o credenciamento? Mas eu entendo que temos que fazer isso com muita paciência, com muita serenidade e sabedoria. O que me deixa aqui, companheira, preocupado foi de vocês não terem recebido o material. Eu não estou querendo culpar ninguém, colocar erro em ninguém, não é o momento para isso. Eu acho que é importante ouvirmos o que o Secretário adjunto falou e a gente sair daqui com esse GT formado. Eu preciso de você. Eu preciso dos outros Conselheiros para que possamos sentar e, realmente, essa Resolução que vamos apresentar, tem o Nilson aqui, que tem muita experiência, tem a Kátia, tem o doutor que está ali, que tem muita experiência. Não dá para fazer. A gente faz essa construção de a gente sentar no momento, realmente numa mesa e ver, debruçar sobre a Resolução, a gente receber essa Resolução, a gente estudar juridicamente essa Resolução, porque de repente a minha ideia jurídica é uma e, de repente, a proposta pode ser outra. E aquela proposta que pode estar dentro da Resolução, pode me contemplar. Então, não podemos perder o momento. Então, coloco aqui sobre essa questão, Secretário, Cacá, nosso Presidente da COHAB, sobre a questão do credenciamento das entidades do programa, eu coloco uma proposta aqui como autor sobre a questão dessa proposta, de que realmente saíamos daqui com a aprovação e criação desse GT de trabalho e já com a reunião definida. E já com essa reunião definida. E já sejam aprovados pelo Conselheiro os indicados que vão participar dessa comissão. Por favor, pode ser dessa forma? **Sr. José Tadeu:** Só um adendo aqui. Kátia e Nilson, vocês já tiveram o conhecimento da Resolução de texto, não é? Vocês poderiam dar um adendo para nós ou poder falar um pouco a respeito? **Sra. Marisete:** Kátia, deixe-me só falar antes de você um pouquinho. Max, eu não quis dizer em momento nenhum, o que eu disse, que você está representando. Porque assim, essa foi uma construção feita com os movimentos onde eu participei, e eu acho superimportante trazer essa discussão aqui por quê? Porque essa é uma luta dos movimentos, da mesma forma que lutamos lá atrás para ter o Pode Entrar hoje, precisamos colocar esse edital na rua. E só vamos conseguir colocar esse edital na rua se nós unirmos força. **Sr. José Tadeu:** É verdade. **Sra. Marisete:** O Poder Público fazendo a parte deles e os movimentos fazendo o nosso. Porque aqui estamos jogando no mesmo time, Cacá. Estamos aqui juntos para buscar uma solução para todos que seja consenso dos movimentos de moradia. Então, só deixando claro aqui que nós estamos aqui do mesmo lado e em busca de uma solução. E eu acho que hoje já tem sim que sair votado isso daqui e já tirar isso, porque senão só estamos perdendo tempo. **Sr. José Tadeu:** Só vai empurrar com a barriga. **Sra. Marisete:** Exatamente. Então, vamos caminhar com isso. Obrigada. **Sr. Carlos Vianna:** Marisete, só lembrando, é bíblico, um reino dividido não prospera. Estamos sempre marchando no mesmo objetivo, que é na verdade de construir políticas públicas responsáveis, e que possamos olhar na cara da população e mostrar com efetividade a verdade, o nosso trabalho. Então, é disso que estamos falando, para que possamos aprovar essa proposta de uma construção de um grupo de trabalho, para que a gente discuta as bases com as pessoas pertinentes que queiram aqui discutir, porque esse colegiado é maduro para poder avançar na construção de políticas públicas cada vez mais efetivas, e este é o nosso trabalho. É isso, Isadora, que a gente, na verdade, colocou, porque a gente aqui tem que estar dialogando proposições, diálogos construtivos. É disso que este Conselho, na verdade, vem realizando as ações que hoje estão sendo entregues pela gestão do nosso Prefeito. Não só na questão de entregas de unidades habitacionais. O maior programa de regularização fundiária do Brasil. Nós estamos entregando agora, até o final da gestão, Lucas, mais de 100 mil escrituras para essa população, que há anos, há anos, não foram dias, há anos sonhavam com essa escritura, e estamos podendo fazer isso com muita transparência, com muita responsabilidade, num trabalho assertivo. Estávamos pautando ontem uma discussão da gente, inclusive para colocarmos nessa questão do GT, a questão da terceira idade. A população vem envelhecendo. A gente quer discutir e ampliar essa proposta. Eu acho que essa é a grande intenção de criarmos esse grupo de trabalho para que a gente fortaleça verdadeiramente as políticas habitacionais e avancemos com essa maturidade que a gestão do prefeito Ricardo Nunes vem conduzindo os trabalhos até hoje. Então, é só dessa maneira, dialogando, sempre com muito respeito, com muito carinho às pessoas que participam dessa coletividade, e aí buscar os resultados que tanto ansiamos. **Sra. Kátia:** Gente, eu acho que em algum momento algumas pessoas se perderam aqui um pouco. Na realidade, a pauta está ali edital de credenciamento das entidades e tudo mais, mas a proposta de Resolução em nada tem a ver com uma proposta de edital de credenciamento. A proposta de Resolução que está sendo tratada há três meses neste Conselho, ela trata única e exclusivamente de uma segunda fase do Programa Pode Entrar na modalidade Entidades. Então, o que estamos discutindo é nada mais, nada menos do que uma... **E aí eu posso colocar isso para vocês, porque eu recebi a Resolução lá atrás, o Maksuel sabe, dei uma olhada nela, inclusive**

corrigi porque havia algumas questões que estavam sendo colocadas que era para forçar o Poder Público a publicar uma edital. O Conselho não pode em nenhuma hipótese... E assim, em nenhum momento está sendo pautado o edital em si, até porque este Conselho não tem poder de deliberar para a publicação de um ato que é público, é do interesse público e é do Poder Público. Só cabe ao Poder Público Municipal a publicação de um edital. O Conselho não tem força para publicar edital, não terá em nenhum momento. O que ele delibera é sobre a política habitacional da cidade, que é o que está previsto na lei deste Conselho. Então, o que propusemos de pautar foi uma discussão, nós conversamos. A Verinha também conhece um pouco desta pauta, porque já tratamos disso em outros momentos, foi de que haveria uma Resolução para a segunda fase, que seria a fase 2 do Programa Pode Entrar na modalidade Entidades. Até para se cumprir aquilo que a Isadora falou, que é a questão da distribuição de recursos dentro da modalidade Entidades do programa, foi uma proposta também feita neste Conselho, existem muitos questionamentos de diversos Conselheiros com relação a essa distribuição de recursos. E como explicamos em outras reuniões, vou aproveitar a fala da Isa aqui, demonstramos para vocês que havia realmente, existe um desequilíbrio entre a distribuição de recursos, isso está claro, até porque só não vê quem não quer. Porém, existe uma justificativa para esse desequilíbrio, e eu falei em algumas reuniões também. A justificativa foi que havia uma fase do programa, uma fase de adesão, uma fase de migração, de quem estava vinculado ao Minha Casa Minha Vida, e obteve o direito de construir nos chamamentos de 2015 e 2016, e isso eu estou falando de entidades sem contar dos que estavam vinculados ao FAR. Então, houve essa adesão por parte das entidades, havia 92 terrenos que tinham anuência, que as entidades tinham anuência para construir as unidades por meio de recursos do Governo Federal, para também deixarmos claro aqui. E o que aconteceu, por conta dessa adesão e por conta de um pleito das entidades que haviam sido contempladas no chamamento anterior, nós não tínhamos a possibilidade de abrir novo edital, não havia essa possibilidade, justamente porque o Poder Público estava tratando do aproveitamento dos chamamentos de 2015 e 2016, e havia muitas entidades ainda que não tinha nem sequer apresentado propostas, que não havia nem sequer apresentado nenhum documento aqui para a COHAB poder analisar. Então, existe um desequilíbrio? Sim, não tem como nós dizermos que não tem, mas existe uma justificativa para causar equilíbrio. Existe um chamamento que aconteceu lá atrás e que hoje ainda está em curso. Ponto 1. Ponto 2, esse edital, ele é um edital específico, para entendermos que há uma fase do programa, que é essa fase de imigração do Minha Casa Minha Vida para o Pode Entrar Entidades, porém essa Resolução, ela está tratando da fase 2, uma fase possível, que claro, vai depender de um edital de credenciamento do Poder Público. Esse edital de credenciamento, ele é o edital apartado dessa Resolução, e essa Resolução propõe diretrizes dentro deste Conselho, para que as propostas possam ser aceitas, inclusive porque a Lei 17.038/2021 do Poder de Entrar permite que o Poder Público contrate com a entidade em área privada. Como isso não está claro, nós fizemos o quê? Nós tentamos unir o útil ao agradável e transformar essa proposta de Resolução ao invés de darmos para o Secretário esse ato de discricionariedade, dele ter que dizer: “Olha, vamos colocar aqui num ato discricionário de que podemos comprar terreno em área pública.” A gente decidiu colocar neste Conselho, de que o Conselho entende que é o Conselho, inclusive, que delibera sobre as contas do Fundo Municipal de Habitação de que o Poder Público pode adquirir unidades habitacionais em áreas particulares. É isso. A Lei permitiu, mas vai passar neste Conselho aqui. Então, a Resolução, é porque eu acho que o pessoal meio que confundiu. Não existe pauta digital. Estamos discutindo aqui, mas existe uma proposta de uma fase 2 do programa que permite isso, que permite a entidade se vincular a um terreno público, seja do Governo Federal, seja do Estadual, seja do Municipal. Então, tudo isso passando aqui neste Conselho, porque entendemos que este Conselho tem força. O Poder Público do lado de cá entende que este Conselho precisa atuar. É uma nova gestão, existem pessoas aqui capacitadas. Tem gente técnica aqui neste Conselho. Têm construtoras. Tem empresas. Tem sindicatos. Tem movimentos de moradia. Tem a sociedade civil organizada. Tem movimentos de moradia. E o Poder Público, para construirmos juntos uma política habitacional efetiva para a cidade. E aí, para entendermos que assim, **eu fico muito triste que vocês não tenham recebido o documento**. Não sei o que aconteceu. De verdade, inclusive, o Secretário deve ter sentido acesso a ele também, porque eu não vi a última versão. Desconheço a última versão que o Maksuel encaminhou. Não vi, não a conheço. Mas, assim, é bom que vocês recebam, deem uma olhada. Não sei se, e aí eu vou dar uma singela opinião, eu não sei se há necessidade de um grupo de trabalho. Eu acho que vocês têm que apreciar a Resolução para entender que essa Resolução aprova uma segunda fase do programa, e permite, inclusive, que nós mantenhemos aberto o edital que está em curso. Porque nós temos entidades ainda que não contrataram, e que foram contratadas e têm esse direito adquirido lá atrás, 2015, 2016. Então, aprova uma segunda fase, porém, há a possibilidade de uma segunda fase, mas permite que mantenhemos aberta também a adesão, para também dar força para a COHAB, que a lei disse um ano para que as entidades apresentassem propostas. Se vocês lerem lá, a lei diz assim, só um ano. O que nós temos feito? Justificado e prorrogado mais um, mais dois, mais três, já é o quarto ano de prorrogação. Então, para também termos força de fundamentar essa prorrogação de prazo para o que está em curso, precisamos aprovar uma Resolução aqui, que pode estar inserida nesse, que eu acredito que caiba, consideramos a adesão anterior, porém abre uma nova possibilidade para a segunda fase das entidades. **Sr. José Tadeu:** É justamente isso, Kátia, é justamente isso que eu ia perguntar, se a Resolução, vocês podem até aprimorar ela, colocamos em votação. Como você falou, é uma diretriz para o segundo edital aí, um possível segundo edital. E se for um grupo de trabalho, para esse segundo edital, mas aprovando-se a Resolução, que vai ser só uma diretriz e já vai ser uma conquista, gente, isso já vai ser uma conquista. **Sr. Secretário:** É justamente isso, queremos colocar a Resolução para que ela seja construída colaborativamente, inclusive com o Conselho, por isso que propusemos a criação de um grupo de trabalho. **Sr. José Tadeu:** Não, a Kátia já falou, nem precisa ser de grupo de trabalho, a Resolução está posta. **Sr. Secretário:** Exato. Para que possamos colaborativamente conjuntamente com os membros do Conselho, apreciar a Resolução, estabelecer outros elementos associados à Resolução, para que possamos, de fato, ter mais clareza. **Sr. Luiz Roberto:** Só que temos que trabalhar com prazo. Não adianta assim, eu vou apreciar a Resolução e não tiver prazo. Porque vamos ficar empurrando com a barriga. Temo o Pode Entrar Aquisição, na minha comunidade tem mais de 600 unidades ou 700 unidades do Pode Entrar Aquisição. Nós estamos só empurrando com a barriga. E está saindo muita aquisição e o Pode Entrar está ficando

para trás. E as famílias que vão lá pegar esses Pode Entrar Aquisição, não são pessoas que foram desapropriadas no Itaim Paulista, não foram desapropriadas na favela do Chaparral, na favela do Torresmo. Seria importante também colocar nas próximas reuniões uma votação de uma Resolução sobre aquisição. Porque as associações indicam. Por que não podemos indicar também pessoas que precisam de atendimento nas nossas quebradas? Porque existem muitas unidades do Aquisição e não sabemos para quem vai. São as famílias que estão lá. Que a gente vote, que a gente saia com a vitória aqui hoje, porque fica empurrando para a próxima reunião: “Vamos analisar.” Mas nós temos que sair com um prazo. Não é só vamos analisar, não. Em 15 dias nós vamos analisar esse prazo e vamos ter uma resolução para vocês. Se não, não adianta nada. **Sra. Isadora:** Queria primeiro agradecer muito a fala da Kátia, porque de fato esclareceu a diferença entre credenciamento e essa Resolução, porque não tínhamos ideia sobre essa Resolução, dado que não fomos comunicados. Então, primeiramente, eu queria um esclarecimento, dado que estamos tendo contato hoje com essa Resolução. Se o Maksuel e você já estão trabalhando nisso, queríamos entender em que âmbito isso está sendo discutido, dado que nós, Conselheiros, não estávamos sabendo que uma Resolução estava sendo discutida. Então, eu queria um esclarecimento sobre em que âmbito isso está sendo discutido. E sobre aprovar a Resolução hoje, está completamente fora de questão. Nós não vamos aprovar, porque nem lemos. Nós não recebemos o documento. Precisamos receber o documento para poder discutir. Então, estou concordando com a Kátia, no sentido de que vamos precisar apreciar o documento que está sendo discutido, entender em que âmbito ele está sendo discutido, para que possamos ter um posicionamento seja de GT ou não GT. Realmente, quando o Maksuel falou de Resolução, eu achei que era uma questão do credenciamento, uma Resolução para ter credenciamento, por isso eu fiz a minha fala, no sentido de termos o credenciamento. Se a pauta sobre credenciamento não tem a ver com uma Resolução, eu acho que é uma pauta separada mesmo. Então, vamos separar. Uma coisa é o Conselho de hoje, em que está se discutindo possibilidade de credenciamento. Outra coisa é uma Resolução sobre a segunda fase do Entidades, que vamos precisar ter acesso ao documento para uma próxima reunião decidimos se faz um GT ou não, ou se podemos aprovar em uma próxima reunião, se tiver consenso anterior à reunião. Mas pedimos que isso não seja mandado nem dez dias antes, que seja mandado já, já que ele já existe, para que tenhamos tempo hábil para ver, inclusive, ter reuniões entre nós, poder discutir com o campo do Maksuel, ou para como trazemos isso para a próxima reunião. Então, resumindo a minha fala, uma coisa é credenciamento, que eu não entendi ainda se vamos discutir isso hoje ou não. Outra coisa é a Resolução, que pedimos que seja enviada por e-mail, e nós não vamos votar disso hoje, e aí a gente vê em uma próxima reunião se montamos monta ou não o GT sobre isso. E o esclarecimento sobre em que instância essa Resolução está sendo discutida, que eu realmente não entendi. **Sr. Maksuel:** Está ali - Edital de Credenciamento de Entidades dentro do Programa Pode Entrar. Primeiro, aquele texto lá está contrário ao que tem de apresentação de Resolução. Aqui no documento que apresentamos é Resolução. Não fui eu que deixei de mandar as informações. As informações foram mandadas no tempo hábil da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação. A última reunião que nós participamos, na qual o Cacá participou e presidiu, todo mundo tinha recebido, ou parte do Conselho tinha recebido. A questão, a proposta de Resolução está aqui, está na ata, está escrito. Só pegar a ata, está escrito lá. Acabamos de aprovar a última Ata da Reunião Ordinária, e na penúltima Ata da Reunião Extraordinária, que essa daqui é a segunda, também foi apresentada. Então está lá, a proposta de Resolução. Mas é claro, aqui, Resolução, não tem número porque não sou eu que defino essa questão - Dispõe sobre o aprimoramento das diretrizes aplicáveis à etapa de apresentação de propostas no âmbito da modalidade Entidades do Programa Pode Entrar. Então, aqui tem toda a parte do considerando, tanto que eu falei na justificativa que eu vou apresentar essa proposta aqui, já foi apresentado, já foi colocado na Executiva do Conselho. **Sr. Carlos Vianna:** Maksuel, é verdade isso aí que você está falando. Foi tratado na nossa última reunião. **Sr. Maksuel:** Então foi colocado, tanto que era para todos os Conselheiros ter recebido. Eu não sei, desculpa, mas eu não sei por que não foi recebido. A proposta está aqui, têm todas as partes de considerando sobre a questão da lei, sobre a questão do artigo 37 da Constituição Federal, sobre a Lei 17.638, 9 de setembro de 2021. Debruçamo-nos sobre a questão da proposta de Resolução, para trazermos uma Resolução consolidada, com objetivo, com alcance, com parâmetro, com capítulo, com participação das entidades. Sobre a questão aqui de encaminhamento, e quem apresentou a proposta, antes de fazer qualquer adjudicativa, quem se debruçou, independente das falas que foram colocadas, fui eu, eu que estou assinando. Então eu quero uma proposta. Gostaria, como eu falei na minha fala anterior, sobre a questão do Regimento Interno do Conselho, não é grupo de WhatsApp, não é grupo de discussão, não é grupo lá de descer na padaria para ficar discutindo. O instrumento legítimo que nós temos no Conselho Municipal de Habitação, para legitimar qualquer proposta de Resolução, não de edital, concordo com a Kátia, e não fui eu que coloquei o nome de edital ali, é GT de Trabalho. Está previsto no Regimento Interno. Para legitimar qualquer discussão, para que aquele documento tenha legalidade e ele seja paritário entre Poder Público e Conselheiros que estão ali para discutir aquele tema, aquela proposta, tem que ser GT de Trabalho. Então, como essa Resolução não foi apresentada para os Conselheiros, eu gostaria que o Secretário, o Cacá, a Kátia, fosse colocado em votação aqui, senão vamos ficar discutindo a tarde toda, a construção do GT de Trabalho, porque quem for para o GT de Trabalho vai ter acesso a esse material. E nós juntamente com o Secretário, Diogo, com o Secretário Adjunto, juntamente com o Cacá, com a Kátia, com todo mundo, vai conseguir sentar no grupo de trabalho, aqueles Conselheiros que podem se comprometer para fazer isso, e eu estou comprometido a fazer isso, para discutirmos realmente uma Resolução que não tenha impedimento jurídico na hora que foi debatida e conversada aqui, para que possamos, na próxima reunião do Conselho aprovar a Resolução de credenciamento. E aí que o Poder Público traga também as suas contribuições, porque aqui na Resolução, e isso tem que deixar muito bem claro, essa Resolução e não pode fazer isso, ela não oferece a contratação automática, porque não tem dotação orçamentária para isso. Deu para entender? Temos que entender qual é a dotação orçamentária remanescente. Concordo com o que você colocou, para que possamos juntamente com o Poder Público, apresente a Resolução e tenha um balanço do que nós vamos conseguir encaminhar. Porque eu creio que de todas as associações que estão habilitadas, a grande maioria ainda não tem projeto arquitetônico. Então, se você apresenta uma proposta de Resolução para credenciamento de qual proposta? Então, isso também tem que ser conversado dentro do GT. Então, eu proponho que o Secretário encaminhe a

votação para que possamos criar o grupo de trabalho para cuidar exclusivamente sobre essa questão da Resolução. **Sra. Isadora:** Sr. Maksuel, não precisa votar porque nós estamos de acordo com a criação do GT, eu acho que se alguém tiver algo contra a criação do GT, pode se colocar. **Sr. Secretário:** Isadora, pode não parecer, mas estamos concordando. Nós concordamos em pautar a votação da Resolução na próxima reunião do Conselho, e que entre esta reunião de hoje, a próxima possamos encaminhar já de imediato essa proposta de Resolução para o Conselho, para que encaminhe para a próxima reunião do Conselho a aprovação da Resolução. Neste meio tempo, entre esta reunião e a próxima reunião, que tenhamos uma oportunidade de discutir essa Resolução no grupo de trabalho, para quando ela for submetida à apreciação dos Conselheiros para voto, na nossa próxima reunião, tudo seja consensuado. Então, pode não parecer, mas estamos concordando. Também nós concordamos que, de fato, o item de pauta não é o item de pauta. A discussão não é a aprovação do edital de credenciamento, é sobre a Resolução. Então, de fato, a pauta está equivocada. A gente concorda em absoluto nisso. Então, já que conversamos, vou encaminhar para a votação. **Sra. Sheila:** Nós somos uma nova gestão, começamos agora, debruçamo-nos nas leis para construir a Resolução. Infelizmente, esse caminho de não ter chegado até vocês, mas você vê o próprio Secretário, ele afirma que na reunião anterior tinha sido discutido esse tema. E, assim, estamos desde o início do ano estudando, conhecendo os caminhos. Eu, por exemplo, sou uma entidade nova que fui também buscar o entendimento da lei para poder hoje trazer essa Resolução. E assim, é o que todo mundo falou desde o início. Não dá para centralizar, todo mundo achar que foi tudo na pessoa do Maksuel, porque somos um coletivo, e todos nós, cada um, com o seu entendimento, estamos construindo, estamos buscando. Então, para nós é importante e necessário que fique entendido por todo o grupo, para quem já era do Conselho anterior e nós que estamos chegando agora, que somos parte. Todos nós somos parte disso aqui. E, tudo o que for a partir da Resolução, a partir de agora, vamos construir junto, não tem problema nenhum. Vamos alinhar, construir junto, se faltou entrega, comunicação, vamos começar a ajustar e descobrir até por conta desses e-mails, como é que vai fazer para todo mundo receber por igual. **Sra. Kátia:** Gente, se vocês estão falando de um grupo de trabalho para tratar da Resolução, eu acho que é mais fácil os Conselheiros que não tiveram acesso, olharem a Resolução, porque aí vou ser bem sincera para vocês. Gente, Maksuel, desculpa, eu tenho que falar, eu não concordo com o grupo de trabalho para a Resolução. Eu concordo com que os Conselheiros apreciem a Resolução. A Resolução, gente, nós já temos uma regulamentação do Pode Entrar Entidades, eu não preciso... Gente, eu vou falar aqui, até porque desde 2021, desde novembro de 2021, eu ajudei nas modelagens de todas as modalidades desse programa, eu posso falar, a regulamentação do programa Pode Entrar Entidades já existe, eu não preciso aprovar regulamentação de nada, já existe uma regulamentação, todo mundo entendeu o que eu disse aqui. O que nós queremos aprovar? Uma fase 2 do programa, um credenciamento. Vou ser bem sincera para vocês, daqui a um mês, vocês acham que vamos ter terminado a análise com esse grupo de trabalho? Desculpa, não vamos aprovar nada. É importante o grupo de trabalho. **Sr. Luiz Roberto:** Kátia, é importante o grupo de trabalho. **Sra. Kátia:** Vou falar também, que eu também sou de movimento e eu posso falar, que eu já fico logo irritada. Conselheiro pode falar sim, mas eu estou do lado do Poder Público, não falo como Conselheira não, falo como cidadã da cidade agora, eu vou falar como cidadã. Eu trabalho na Secretaria de Habitação desde dezembro de 2021, conheço todas as modalidades do programa, ajudei a construir todas as modelagens, coordenei esse programa até aqui junto com o Nilson, o Nilson por COHAB e eu por SEHAB, estou acompanhando todos os processos e eu estou falando para vocês que essa Resolução não tem nada de mais, vocês vão ler, vai todo mundo olhar, vir o conteúdo. Se vocês querem optar por um grupo de trabalho, não vou passar por cima do Conselho não, jamais vou fazer isso, até porque se tem alguém que respeita este Conselho aqui sou eu, eu não respeito de hoje, eu respeito desde quando ele foi criado, porque eu sou de movimento de moradia desde meus cinco anos de idade, eu sei muito bem o que estou falando aqui, cinco anos de idade eu sou. Então assim, o que eu estou dizendo para vocês é que eu acho que vocês deveriam, eles não receberam a proposta, não teve como analisar, ninguém aqui vai tirar o pai da força, alguém vai? Ninguém vai tirar o pai da força. Então assim, eu acho que eles têm que receber a primeira proposta, apontar aquilo que eles entendem que: “Ah, eu acho que isso aqui não está legal, eu acho que eu não concordo com isso, eu não concordo com aquilo.” E vai todo mundo para a mesa. Até porque, posso falar uma coisa? Essa Resolução tem que ser discutida dentro deste Conselho, e todo mundo tem que participar, sociedade civil, Poder Público, porque talvez alguém do Poder Público também fale assim: “Não achei legal isso aqui.” E aí? Não é movimento de moradia que decide tudo, existe o Poder Público também, que também delibera neste Conselho, são cadeiras que eu saiba, o Conselho é tripartite. Ou não? Então, o Poder Público também tem voz de fala aqui, o Secretário também pode falar, pode discordar, pode falar que ele não quer, que ele não acha legal. O movimento de moradia pode falar, e todo mundo tem voz aqui, inclusive eu acho que o município deveria ter voz. Então assim, vocês me desculpem até minha fala é um pouco mais agressiva. Aí vocês falam assim: “Bota na votação”. Beleza, podemos botar à votação o que vocês quiserem, só que eu estou dando a minha opinião como técnica da Secretaria de Habitação agora, como técnica. Vocês precisam conhecer o documento, dar uma olhada, às vezes todo mundo concorda. Para quê que eu vou colocar, fazer um grupo de trabalho, para quê? Aí eu estou dizendo para vocês que é melhor haver uma análise por parte de todos, todos terem acesso, Poder Público, sociedade civil e movimento de moradia que não teve, que alguém pode não ter tido acesso, todo mundo tem acesso ao documento, todo mundo contribui, na próxima reunião fulano de tal, sou a Carmen Silva do MSTC, não achei legal esse trecho aqui. E aí, pessoal? Vamos tirar. Coloca de volta. Não, desculpa, para mim eu acho que é isso, construção coletiva é isso. **Sr. Maksuel:** Com todo o respeito, com todo o respeito, todo o respeito que eu tenho por você, pelo seu tempo de luta, pelo tempo que eu te conheço. Você falou como técnica da Secretaria Municipal de Habitação como Poder Público, eu estou falando como Conselheiro Municipal de Habitação do município de São Paulo. Se for para abrir qualquer um chegar aqui e falar, então não tem que ter Conselho Municipal de Habitação, não tem que ter eleição, não tem que ter nada. Primeira coisa, a gente não trabalhou para ter eleição, para ficar lá no movimento, para ouvir um monte de gente na nossa orelha falando: “Cadê, cadê, qual projeto tal”, para não falar os projetos aqui, que não vem ao caso. “Cadê o projeto tal, cadê o projeto tal, cadê, cadê?” Teve eleição, teve isso e aquilo para ouvir isso. O poder que está no Regimento Interno legal desta casa se chama Grupo de Trabalho. Sabe para que serve o Grupo de Trabalho? Eu

concordo com você. Todos têm que ser notificados sobre a pauta. Todos, sem exceção. Nem que a Secretária Executiva ligue para todo mundo. No Grupo de Trabalho, você faz isso que você acabou de falar, no GT, tem que ter Ata do GT, tem que falar quem concordou, quem não concordou, quem assumiu, quem não assumiu, quem entrou, quem não entrou. O GT elabora um documento ao final da sua reunião. E no documento vai estar todas essas situações. Eu já participei do Grupo de Trabalho, eu já sei muito bem como que faz e como funciona. As pessoas do Grupo de Trabalho, nem que seja só para ler, as pessoas só vão ler a Resolução ali, vai estar lá no telão, como a companheira falou, mas só vai ler. Ela não concorda com aquela vírgula. Tira a vírgula, coloca a vírgula, mas está no GT. Quando eu vim aqui para o plenário, quem não, quem não se propôs a fazer parte do Grupo de Trabalho, a se debruçar sobre o tema, você tecnicamente contribuir e colaborar conosco, pela sua situação. E a gente, naquele dia, que nós vamos, eu espero que nós já saia daqui com a data já do GT. Já saia aqui com o indicativo quando que nós vamos receber a proposta de Resolução e vamos sair daqui com a data, isso que eu estou propondo, que o Grupo de Trabalho vai se reunir. E o Grupo de Trabalho vai falar se vai ter mais um dia, se vai ter mais dois dias, se já está findada a proposta da Resolução, já está acabada a proposta da Resolução. Para voltarmos para próxima reunião que o Secretário já colocou como indicativo, que na próxima reunião vamos ter aprovação. Então, o que eu estou pedindo? Por favor, Secretário. Eu estou pedindo que seja votada a proposta sobre a questão de construção do Grupo de Trabalho para trabalhar na Resolução, ponto. E aí até a questão da data do Grupo de Trabalho, que todos os Conselheiros recebam conteúdo. Só isso. E no Grupo de Trabalho discuta todos esses pontos que a Kátia colocou. **Sr. Carlos Vianna:** Maksuel, o que estamos discutindo aqui a todos os presentes? O que a Kátia disse é que a Resolução já está escrita, já está posta. O que temos que criar? **Sr. José Tadeu:** O texto tecnicamente, ela falou que está bom. **Sr. Carlos Vianna:** Então, a Resolução já existe, inclusive que embasou a condição do Pode Entrar. A partir do momento que ia ter uma Resolução, temos que criar um grupo de trabalho para discutir as próximas ações do edital. É isso que pode ser? Talvez estejamos falando da mesma ação de maneira diferente. A Resolução, gente, já está posta. Vamos encaminhar a Resolução para vocês. Eles não receberam a Resolução. Eles, por direito, eles têm que conhecer a matéria. Perfeito? É isso. Eles querem ler esse documento e entender o que compete essa Resolução, quais são ali os direitos embarcados nessa Resolução, que já foi subsídio para o Pode Entrar I. A partir do momento que eles tiverem essa discussão deles com a equipe de trabalho que eles acharem pertinentes, vamos pautar então para a próxima reunião do CMH a discussão da criação do GT, porque a partir do momento que vocês tiverem conhecimento da Resolução, vocês vão vir preparados para discutir a criação do GT. Certo? É isso, porque eles também não querem discutir uma situação que depois eles vão falar assim: “Olha, esse GT não tem necessidade, porque o Conselho já é soberano para discutir essa política pública, não existe necessidade”. Então, mas estamos garantindo que vocês tenham conhecimento e logo, na próxima reunião do CMH, a gente então pautar essa discussão, porque aí nós vamos levar para aprovação, e você pode falar: “não, acho que isso aqui não é pertinente”, e ele vai falar: “Sim, sim.” Eles: “Não, não”. E aí começamos uma nova discussão. **Sra. Vera:** Pessoal, boa tarde a todas e todos. Mas, enfim, cheguei, estou aqui acompanhando o debate. Eu entendo a ansiedade de cada um de nós que estamos aqui enquanto movimento social em especial, não desprezando os outros segmentos, que não vemos a hora de novas contratações, novo edital, novo chamamento. Estava ali no fundo, Secretário, pensando, gente, 2015, para 2026, são 11 anos. Então a gente cria essa expectativa. Mas acho que temos que ser mais prático. Então, particularmente nesse momento, eu sempre defendo o GT. Agora eu estou sendo, nesse momento, contra o GT. Acho que o debate tem que ser feito aqui sim, na próxima reunião, olho no olho, concordo, não concordo, e aí discutir aqui. Mas eu queria, de fato, que todos os e-mails chegassem até nós, que mandassem, recebeu, confirma. Com confirmação, porque parece que estamos brigando e nós não estamos brigando, não é verdade? E fica uma situação muito ruim. Então, reforçando, vamos trazer na próxima reunião esse debate, a gente faz uma reunião com mais calma, com leitura, vamos ter esse documento antes, a gente ler, e aí se tiver colocar, tirar, mudar, avaliar, faz aqui mesmo. Se tiver que criar o GT, criar na próxima reunião, mas que nesse momento não tem necessidade. **Sr. Carlos Vianna:** Verinha, até porque assim, a criação do GT também não implica da aprovação do trabalho discutido no GT e depois por este Conselho. Porque está aqui, vai ser feito um trabalho, uma discussão no GT, que depois necessita de aprovação aqui internamente. **Sr. Luiz Roberto:** Gente, eu acho a importância, é somos cobrados pelos movimentos de moradia, é cobrado todo dia. Não é ninguém aqui da Secretaria que estão nas comunidades. Então nós representamos os associados, e os associados nos cobram. Porque assim, eu acho a importância do grupo do GT, sim, a importância nesse momento agora do grupo do GT, que seja levada à votação, porque quem é cobrado é você, é a Paulina, é a Terezinha, é a Talita, todo mundo aqui é cobrado. Então o grupo do GT é importante porque chegamos lá, abrimos ata, votamos, resolvemos, traz daqui já mastigado e vai para votação. Então, deixarmos para votar em outro lugar só vai empurrar com a barriga, gente. A reunião é de dois em dois meses, é isso que eu acho, e não resolve nada. **Sr. Henrique:** Depois dessa fala da Kátia, não ficou claro para mim o que essa Resolução desencadeia. Na verdade, ficou tudo mais nebuloso. Precisamos entender isso. Precisamos ler com calma essa Resolução, para entendermos o que ela provoca. Porque do jeito que você falou, Kátia, parece inclusive que ela não tem serventia. O que vamos discutir então? Então precisamos ler com calma a Resolução. Esse é o primeiro ponto. Ler com calma a Resolução. Segundo ponto, é que se vamos discutir um novo edital em seguida, queria reiterar a importância de uma apresentação de diagnóstico do Pode Entrar na próxima reunião, seria muito importante. Já que já vamos ter lido a Resolução, vamos poder ver os números, uma apresentação da Secretaria. E que a Secretaria pudesse também já indicar quais são os problemas, como, por exemplo, os problemas do Pode Entrar, que já vamos pensar num próximo, como por exemplo, a não contratação de novos projetos em autogestão. São muitos movimentos que fazem autogestões. Alguns fazem cogestões, outros fazem autogestões. Mas tem uma parcela muito grande das entidades que está sentindo que não vai ser contemplada no novo edital. Então, se existe uma impossibilidade jurídica ou técnica, quaisquer que sejam, elas têm que ser apresentadas aqui no CMH, senão vamos discutir um novo edital, vai chegar num consenso da Resolução com um terço das entidades que poderiam ser beneficiadas nesse programa a ver navios, sem ser contempladas. Então, precisa de um posicionamento oficial da Secretaria do que acontece com as novas contratações em autogestão. Queria pedir isso para a próxima reunião, se pudesse, não sei se conseguimos entrar num consenso aqui, de

que a próxima reunião tivesse essa apresentação de diagnóstico do programa. Já que queremos acelerar o processo, estou entendendo que isso é consenso, todo mundo quer acelerar esse processo, o quanto antes desse diagnóstico, melhor. Então, vou colocar esse ponto. A respeito do GT, eu queria, inclusive, deixar para os movimentos, Verinha, Fredson, o pessoal ali, deliberar a respeito desse espaço de discussão. Estou entendendo que, se não tem necessidade do GT, talvez seja mais rápido não ter GT. É uma opinião. Se o GT vai ser o espaço onde todo mundo vai sentar e discutir, deixa a critério de vocês, vamos estar juntos de qualquer forma, seja qual for esse espaço. Na gestão passada, todos aqui aprovaram um GT de acompanhamento do Pode Entrar que nunca saiu do papel. Não sei se vocês se lembram, tinha uma proposta de GT, ele foi aprovado pelo consenso, mas ele nunca saiu do papel. Então, independente da atribuição desse GT que está sendo proposto agora, de simplesmente analisar essa Resolução, poderíamos pensar no GT que já tinha sido deliberado de acompanhamento do programa Pode Entrar para um aprimoramento do programa permanente, um acompanhamento dos projetos, um acompanhamento da destinação de recursos de uma maneira ágil, com uma devolução periódica para o Conselho. Então, só lembrar disso, sei que estou aqui aumentando a atribuição de uma proposta de GT, não precisa ser votada agora, mas deixo aqui a necessidade desse GT, que pode ser inclusive votada na próxima reunião junto com essa proposta do GT de acompanhamento da Resolução. **Sra. Carmem:** Boa tarde, acho que o primeiro ponto é a Secretaria Executiva verificar se os e-mails estão corretos. Não adianta aqui estarmos discutindo que recebeu ou deixou de receber, se não houver também essa responsabilidade. Segundo, quando eu estava sem entender também, peço até desculpa de te interromper, Resolução que foi apresentada aqui pelo Conselheiro Maksuel, com anuência do Conselho de vários Conselheiros, a Resolução não tem nada a ver com o edital. Então, primeiramente, nós temos que estar ciente dessa Resolução e fazer as ponderações, se sim, se não. Aí sim, abrir o GT para o edital, porque já teve uma segunda fase de credenciamento de entidades. E nessa segunda fase, todas as vezes que nós viemos dizer por que não deu continuidade, era sempre a falta de dinheiro. E o que eu vejo aqui, que alguns estão ponderando, o porquê nós não podemos participar também da aquisição. Porque como é que nós não podemos, se nós somos já qualificados, por que nós não podemos indicar demanda? Então, nós temos que também ponderar o que nós escutamos aqui, para não sair por aí falando outras coisas que não tem nada a ver. A Resolução está clara, foi escrita, alguns Conselheiros participaram, nós temos que ler, a maioria que não recebeu essa Resolução, porque fica parecendo que é uma coisa só com dois ou três Conselheiros, não é. Eu não recebi, então, a maioria aqui não recebeu. Então, não é uma coisa autoral para dois ou três, é para todos. Então, a primeira verificação, a Secretaria Executiva verificar se os e-mails estão corretos, ou então, mentalmente, apertar mais um anexo. Foram três, aperta mais um. Então, é isso, a minha proposta, o que eu proponho, acho que é isso, a minha contribuição é essa. Vamos ler a Resolução e, a partir da Resolução, criar o grupo de trabalho para discutirmos o edital. **Sr. Secretário:** Acho que estamos alinhados em gênero, número e grau, acho que temos que discutir e aprovar a Resolução na nossa próxima reunião, a partir dos Conselheiros de fato recebendo este material com antecedência, e submetemos à discussão e aprovação na nossa próxima reunião. Nosso encaminhamento pela sugestão de um grupo de trabalho era para que, quando fizéssemos a nossa reunião, já estivessemos mais ou menos, ou encaminhados nas questões mais divergentes para um consenso objetivo. Mas podemos simplesmente encaminhar para a próxima reunião do nosso Conselho, para a discussão e aprovação da Resolução, e não haveria nenhum problema nesse sentido. **Sra. Paulínia:** Queria falar é a mesma coisa que ela colocou, a situação dos outros Conselheiros, que todos nós somos Conselheiros, eles também são. Primeiro reconhecer tudo direitinho e depois, na próxima, resolver a situação e discutir o que está dentro da Resolução. Por quê? Porque nós em comum somos um grupo, somos um Conselho. Quer dizer que um não recebe, o outro não recebe, agora fica até chato isso aí. Só isso que eu ia falar a mesma situação que ela falou. Só isso mesmo. **Sra. Marisete:** Deixe-me só fazer uma proposta aqui em relação aos e-mails. É porque, no caso, eu não recebi também a Resolução, eu conheço porque eu participei da construção dele. Então eu conheço, mas eu também não recebi. É importante que a Secretária coloque todos os e-mails no único e-mail, porque daí encaminha para todo mundo. Porque se manda individual, que é pelo que eu estou vendo aqui, eu recebi só meu, eu não tenho nenhum outro Conselheiro junto no e-mail que eu recebi. Vai para um e não vai para outro, entendeu? Então faz um e-mail com todos os e-mails de todos os Conselheiros, titulares e suplentes, e aí encaminha um único e-mail, que daí não tem como um receber e o outro não receber. Obrigada. **Sra. Kátia:** Queria um último esclarecimento, que eu acho que estamos encaminhando essa questão, porque é isso, várias falas de pessoas dizendo que participaram da escrita, da construção dessa Resolução. Eu perguntei, acho que não foi esclarecido ainda. Qual é a instância em que isso está acontecendo para entendermos quem está propondo essa Resolução? São os Conselheiros que fizeram a Resolução e que estão propondo ela, ou é o Poder Público que está propondo? Tem que entender de onde está vindo. **Sra. Kátia:** Conselheira, é isso que quisemos dizer. Algumas pessoas se reuniram e falaram de uma Resolução, só que a Resolução que eles apresentaram, que eles vieram conversar, eles vieram falar comigo, inclusive: “Olha, a gente quer propor uma Resolução para o edital.” Eu disse: “Gente, o Conselho não tem poder de deliberar sobre um edital.” Não existe. Isso aí não pode. O Conselho não pode deliberar sobre um ato do Poder Público. Primeiro, foi aquilo que eu falei, porque é um ato discricionário, e não dá para deliberar. O Conselho, ele pode provocar, ele pode propor, mas ele não pode deliberar sobre um ato que cabe ao Secretário Municipal de Habitação, ao Prefeito, o ato Executivo. Aí eu expliquei, eles voltaram a se reunir para propor isso. Então, houve uma reunião por parte deles. A única coisa que eu disse a eles, quando eu vi, eu falei: “Gente, isso não pode, vocês não podem tratar de edital numa Resolução.” Ponto. Aí eles foram lá, voltaram a discutir entre eles, e o Maksuel foi o meio que encabeçou essa proposta, mas foi uma pauta discutida entre os Conselheiros. Não estou dizendo todos. É igual, você chega aqui e você acabou de propor que você quer a apresentação do programa como um todo. A Isadora propôs, todo mundo está no consenso de que deve ser apresentado. **Sra. Isadora:** Mais um esclarecimento. Dado que a Resolução não é edital e ele não pauta edital. Entendi. Outra pergunta: Para que serve essa Resolução? Por favor, eu queria um esclarecimento. **Sra. Kátia:** A Resolução, ela estabelece diretrizes para o edital. **Sra. Isadora:** Entendi. Se aprovamos no CMH, vamos dizer: “O CMH indica determinados critérios, diretrizes, orienta”. **Sra. Kátia:** Exatamente. Ele orienta, ele direciona. **Sra. Isadora:** Fazer o edital. Entendi agora. Deveriam ter falado isso na primeira fala. **Sra. Kátia:** É que na hora que o

Maksuel falou vocês não prestaram atenção, mas o Maksuel falou. **Sra. Isadora:** Queria até pedir desculpa pela minha primeira fala, que foi como a Kátia falou, um tanto agressiva. Somos parecidas nesse aspecto, Kátia, a gente fica assim. A questão, gente, é a seguinte, está difícil e estamos a duas horas discutindo algo que deveria ser simples, porque eu acho que as coisas não estão claras aqui no Conselho. Não por parte de todos, sabe por quê? Parece-me, e eu acho que já aconteceu isso na última reunião, quando fazemos uma requisição para o Conselho e é respondido por um Conselheiro, que não está claro quem traz as propostas para o Conselho, quem é Presidente da mesa, diferenças entre Poder Público e Conselheiros, acho que as coisas precisam estar um pouco mais claras, porque chegamos aqui e de repente tem uma pauta que nem sabíamos que existia. Está difícil. Queríamos expressar o nosso descontentamento com a forma como as coisas estão sendo levadas. **Sr. Carlos Vianna:** Só complementando, Isadora, só para entender. Como vocês estão chegando aqui agora. Nessa discussão que eles estão pautando, já foi a base da consolidação da primeira edição do Pode Entrar 1. Entendeu? Essa Resolução já está contemplada com as bases orientativas daquilo que a gente já vem implementando. Tanto que, na nossa discussão, o que a gente pede? Olha, a gente, na elaboração do Pode Entrar 2, que a gente, inclusive, corrige aquilo que, na verdade, não deu certo. Porque tudo é um aprendizado. Enquanto Governo, buscamos sempre evoluir. Então, essa Resolução é orientativa, como eu expliquei para a Marília. Essa orientação, já temos inclusive um diálogo. Por isso que você ainda se desculpou. Eu falei, porque você colocou talvez de uma maneira ali na fala mais equivocada. Eu reconheço isso. Por isso que eu falei. Olha, porque a gente já ouve os movimentos. Eles são, na verdade, presentes, inclusive, aqui ninguém precisa marcar para entrar na nossa sala. As pessoas vêm e entram aqui para discutir, não precisa nem marcar hora. Porque entendemos a efetividade dessa ação política participativa. Então, o que eles querem, na verdade, consolidar? É que seja, na verdade, feito da possibilidade de que as entidades que tenham projetos, que tenham terrenos, que eles possam apresentar, não com alguma obrigatoriedade de contratar, mas amanhã, em havendo o recurso, o projeto já esteja pronto. Mas também o seguinte, o que não podemos permitir é que não tenhamos a clareza de que o Governo vem executando. Por exemplo, no caso da Vibra, tem dois projetos lá postos. A gente precisa equacionar. Dando exemplos. O projeto da Verinha. A Verinha apresentou o projeto e aí estava indo e voltando. Eu nem sei se o projeto da Verinha, que está contemplado e aprovado no primeiro edital do Pode Entrar, se já foi solucionado, porque até agora não tinha sido. Então ela também está aqui, porque se começar a fazer tudo isso, ela vai falar: “Opa, espera aí, eu estou aqui na minha fila também. Eu não sou a favor disso. Não quero ser a última da fila.” Então, porque ela falou o seguinte: “Olha, mas teve uma situação que foi contemplada e por que o meu não foi?” Mas o seu não foi contemplado porque existiam pendências a serem corrigidas no projeto. Então, é de tudo isso que estamos falando um pouquinho. Dizer que estamos aqui buscando efetivar essas ações para que possamos avançar nessas futuras contratações. **Sr. José Tadeu:** Secretário, lembrando que nós estamos exercendo nossas prerrogativas de Conselheiro. No artigo 12 do Regimento: “Os Conselheiros poderão enviar solicitações de votos, que deverão conter enunciado o sucinto do objeto da pretensão, histórico e justificativa do pleito, Minuta de Resolução e, se for o caso, anexo contendo parecer técnico e outras informações pertinentes.” Pedimos uma atenção especial nessa questão dos e-mails, a confirmação de recebimento, porque já é a segunda vez. Isso daí prejudica, como as reuniões são bimestrais, aí foi ver já passou um tempo precioso para a habitação do município de São Paulo. **Sra. Luzia:** Eu sou Luzia, do Sindicato que representa os servidores municipais das Secretarias e Autarquias. Então, estou ouvindo aqui uma coisa e, é claro, que me angustia bastante e eu também não recebi o e-mail, tanto que a nossa resposta que nós enviamos da outra vez, nós só falávamos da questão da mudança do regimento. Nós demos a nossa posição no ofício. E do Pode Entrar nós não nos posicionamos exatamente porque não tinha recebido também. Mas, dizer que tudo isso é reflexo, gente, que estamos sem servidores. Nós estamos em greve neste momento, servidores públicos municipais, não só da Educação, mas também das Secretarias. A gente tem servidores das Secretarias do Martinelli também em greve e uma das nossas faltas é concurso público e sabemos da falta de servidores. Então, também sabemos que também existe uma sobrecarga de trabalho, e são apenas duas AAGs na Secretaria Executiva, AAG é Assistente Administrativo de Gestão na Secretaria Executiva do CMH. Então, já fica aqui o nosso alerta que a Secretaria, temos aí uma possibilidade de abertura de concurso, pelo menos existe essa promessa, a Secretária Marcela já disse que pós campanha salarial há possibilidade de abertura de concurso público para algumas carreiras, que a Secretaria também se lembre de colocar lá as carreiras que são necessárias para atender a Secretaria, inclusive a Secretaria Executiva do CMH, porque isso também é sobrecarga de trabalho. Se eu não recebi e os demais também não receberam, é também porque temos falta de servidores da Secretaria. Então, não posso deixar de fazer essa fala. Mas sabemos que também precisa que todos recebam e que tenham acesso às informações. Eu tenho recebido um e-mail com inúmeras figurinhas e está difícil de achar inclusive os anexos. Então, eu não sei se todo mundo está recebendo dessa forma, talvez revir a forma como está sendo mandada e a confirmação daquilo que estamos recebendo, porque senão vamos ficar todo mundo perdido. Cada reunião que tiver, vai estar todo mundo aqui, mas eu não recebi, não recebi no prazo. Agradeço, porque dessa vez o prazo foi respeitado. Essa foi uma das coisas que questionamos. E aí é isso, gente. Obrigada. **Sr. Maksuel:** O pessoal pediu para imprimir. Está passando a proposta de Resolução aqui. Então, todo mundo vai receber. **Sr. Fernando:** Só ia pedir para encaminharmos, porque no final estamos discutindo há duas horas uma pauta por conta de um problema, de uma incongruência que teve. Não é que tem problema de e-mail, estamos recebendo os e-mails todos. Recebeu um e-mail com um anexo a menos. Então, não é um problema de comunicação. Acho que isso precisa ficar claro. Está todo mundo recebendo os e-mails. A gente só não recebeu um arquivo em específico. Isso podia ter sido evitado, duas horas de discussão podia ter sido mais encaminhado se todo mundo tivesse recebido. Então, acho que podíamos encaminhar, agora que recebemos o documento, vamos ler e na próxima reunião discutimos. **Sr. Secretário:** Perfeito. Pela ordem. Vou encaminhar à votação a remoção da discussão de edital de credenciamento porque, afinal de contas, nós não vamos discutir edital de credenciamento. Inclusão na pauta da nossa próxima reunião do CMH, a discussão é a deliberação sobre a Resolução do Pode Entrar Entidades. Aqueles Conselheiros que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. **Sra. Isadora:** Mais uma vez anotado para que tragam o balanço do Pode Entrar para que a gente veja os números de entregas, valores. Por favor. **Sr. Secretário:** Nós vamos avaliar. **Sra. Isadora:** Se não for possível na

próxima reunião, que tragam o cronograma dessa apresentação, tudo bem? **Sr. Secretário:** Na próxima reunião acho que não dá para incluir na pauta porque acho que a pauta vai estar cheia por conta de discutirmos a Resolução. A gente se compromete em colocar em próximas pautas do Conselho. O item 3 foi retirado de pauta. Vamos para o próximo item que é o item 4 da nossa pauta, que é a discussão da Conferência Municipal de Habitação. Está aberta a discussão. **Sr. Maksuel:** Sobre a questão da Conferência, também aqui respeitando o colegiado que nós apresentamos, estamos apresentando aqui a justificativa para a realização da Conferência Municipal de Habitação com a prerrogativa de criação do grupo de trabalho GT. O tema é a “Cidade que Temos, Cidade que Queremos.” Cidade que temos hoje, São Paulo que temos hoje e São Paulo que queremos daqui 10 a 15 anos. Por isso que é importante discutir na questão da Conferência Municipal de Habitação essa questão. A presente proposta tem como objetivo a realização da Conferência Municipal de Habitação do município de São Paulo, bem como a criação do grupo de trabalho no âmbito do Conselho Municipal de Habitação responsável por sua organização, estruturação e condução. Entretanto, observa essa ausência de uma visão integrada que articule todos esses instrumentos de forma coordenada, especialmente no que se refere à política habitacional em sua totalidade. Além disso, não há na prática um Plano Municipal de Habitação consolidado, instituído como diretriz estruturante de longo prazo, que reforça a necessidade de um processo participativo que organize e dê direção à política pública. Diante disso, a Conferência Municipal de Habitação surge como espaço legítimo para construir uma visão completa da cidade, considerando todas as dimensões da habitação do desenvolvimento urbano. A Conferência como visão integrada da política habitacional. A Conferência não se limita à produção de novas unidades habitacionais. Ela abrange toda a política habitacional da cidade, incluindo produção de Habitação de Interesse Social, HIS, regularização fundiária de comunidades, urbanização e consolidação dos territórios vulneráveis, intervenção e requalificação de cortiço, qualidade habitacional e condição de moradia, integração entre habitação, infraestrutura e mobilidade, impactos sociais e urbanos das políticas públicas. A proposta é discutir de forma estruturada como urbanizar e consolidar comunidades existentes, quais ferramentas estão sendo utilizadas na regularização fundiária, quais os impactos imediatos e de longo prazo dessas ações, como garantir dignidade habitacional de todas as formas de moradia. Ou seja, a Conferência trata de habitação como um todo, em todas as suas dimensões, reconhecendo a complexidade da cidade de São Paulo. A Conferência como base de planejamento da cidade. Além da política habitacional, a Conferência se posiciona como espaço de construção de diretrizes para o desenvolvimento urbano abordado. O que pode construir e onde pode construir? Como a cidade deve crescer? Como equilibrar o interesse social com o interesse público e desenvolvimento econômico? Como estruturar os investimentos urbanos? Nesse sentido, a Conferência se aproxima de um processo de construção de diretrizes em um verdadeiro planejamento estratégico da cidade, o Plano Municipal de Habitação, e o programa Pode Entrar. Dentro desse processo mais amplo, o Plano Municipal de Habitação será estruturado como instrumento responsável por organizar as diretrizes da política habitacional, definido onde fazer, como fazer e com quais recursos. O programa Pode Entrar, por sua vez, ser consolida como a principal ferramenta de execução dessas diretrizes, sendo responsável por transformar o planejamento em ações concretas. Ou seja, a Conferência constrói a visão, o Plano organiza as diretrizes e o programa executa a entrega. Objetivos da Conferência: 1 - A Conferência Municipal de Habitação terá como objetivo construir uma visão integrada da política habitacional urbana. 2 - Debater todas as formas de moradia existentes na cidade. 3 - Estabelecer as diretrizes para a produção habitacional, regularização e urbanização. 4 - Integrar os instrumentos urbanísticos e habitacionais. 5 - Definir estratégias de investimento público. 6 - Subsidiar a construção do Plano Municipal de Habitação. 7 - Fortalecer a participação social. Finalidade do Grupo de Trabalho. Para viabilizar a Conferência, propõe-se a criação de um Grupo de Trabalho, GT, com as seguintes atribuições: 1 - Elaborar o regulamento da Conferência. 2 - Definir a metodologia, etapas e cronograma. 3 - Estruturar os eixos temáticos. 4 - Garantir a participação dos diversos segmentos da sociedade. 5 - Sistematizar as diretrizes resultantes da Conferência. O GT deverá ser composto de forma paritária, entre o Poder Público e a sociedade civil, garantindo legitimidade transparente. Fundamentação Legal. A proposta encontra respaldada no Estatuto da Cidade Lei Federal 10.257/2001 e Lei Municipal 13.425/2002, que estabelece as atribuições do Conselho Municipal de Habitação. Dentro disso, nós aqui, dentro do nosso colegiado, a realização da Conferência Municipal de Habitação representa a oportunidade de construir de forma ampla e estruturada, toda a política habitacional da cidade de São Paulo. Mais do que um evento, trata-se de um processo que permitirá organizar a cidade a enfrentar seus desafios reais e construir soluções integradas para moradia digna. A aprovação do grupo de trabalho marca o início desse processo estratégico, garantindo que o futuro da cidade seja planejado com a participação popular e responsabilidade de todos. Dentro disso, peço ao Secretário e ao Presidente da COHAB a criação do grupo de trabalho para a consolidação da Conferência Municipal da Cidade, com o tema “Cidade que Temos, Cidades que Queremos”, com o objetivo de proposta de reconstrução do Plano Municipal de Habitação. Muito obrigado. **Sr. Secretário:** Vou ser bem objetivo. Coloco em votação a aprovação do grupo de trabalho para organização da Conferência Municipal da Habitação. **Sra. Marília:** Tenho uma pergunta, se esse grupo de trabalho tem o número de pessoas reduzidas, sei lá, duas pessoas do Poder Público, duas pessoas da sociedade civil. **Sr. Carlos Vianna:** Nós só não podemos fazer com que esse grupo de trabalho seja o plenário aqui do Conselho. **Sr. Secretário:** Podemos encaminhar para a criação do Grupo de Trabalho e as nossas próximas reuniões organizarmos a composição, a forma de trabalho, a periodicidade, calendário. Não sei se queremos discutir isso aqui agora. **Sra. Marília:** Pergunto isso, porque há pessoas aqui que tem tanto experiência, acho que tanto do Poder Público Municipal, que acabou de fazer a Conferência da Cidade, que tem bastante experiência em relação a Conferências, mas outras Conferências municipais aqui. Então, às vezes temos mais gente que essa experiência, acho que é importante a Conferência, principalmente São Paulo, é uma coisa muito grande, acho que valia a pena termos as experiências anteriores. **Sra. Carolina:** A respeito da abordagem da Conferência. Nesse formulário podemos fazer contribuímos de temas? **Sr. Maksuel:** Por isso que vai ser criado o grupo, porque a proposta não pode ser a base para a Conferência, nem cabe, tem muita coisa para ser discutida, por isso que é paritário, tem que ter um entendimento do Executivo, do Poder Público juntamente com as entidades de classe com as entidades sociais. Uma coisa importante, Secretário, Cacá, que está sendo discutido, que nós colocamos

nessa proposta de discussão sobre a Conferência Municipal das Cidades, ou de Habitação, errei também, errei aqui sobre a questão Habitação, Cidades, é muito próximo, porque você constrói a cidade, mas estamos falando de uma política específica, que é a Habitação. Principalmente essa questão da construção do Plano Municipal de Habitação. Concordo com o que a Carmen falou. Quantas e quantas audiências públicas nós participamos na Câmara Municipal, nas comissões para a construção do Plano Municipal de Habitação. E o plano em si hoje, como ele está, como ele é de muito tempo atrás, ele já está desatualizado. Então, ele tem que passar por uma atualização. Então, essa atualização tem que ser feita também pelo Executivo. Tem que ter esse olhar. Por quê? Porque nós não podemos, eu acho que nem a Secretaria, acho não, tenho certeza que nem a Secretaria, nem os movimentos sociais, nem a cidade, pode ficar refém todo ano só do que é aprovado no LOA para a política habitacional da cidade. O próprio programa Pode Entrar, ele fica emparedado. Porque já temos uma rubrica específica para a habitação todo ano. Então, o Plano Municipal tem que ser aberto justamente para as associações de classe, para os arquitetos, para os engenheiros, para os empresários, para construir realmente um plano que a gente tenha recursos no Fundo Municipal. Vamos usar a metodologia do plano, vamos pegar o Plano Diretor, vamos colocar dentro da discussão da Conferência, acho que é importante, a questão da lei de zoneamento. Vamos voltar à discussão da questão da lei de zoneamento porque o plano, ele não vai ser discutido dentro do Conselho, ele vai ter que ser discutido dentro da Câmara Municipal. Então, por isso que é ter a Conferência Municipal de Habitação para que também discutíssemos a questão do Plano Municipal, da cidade que nós temos hoje e da cidade que queremos daqui a 10 anos. Hoje nós temos na lei de zoneamento, a questão das áreas ZEIS. Mas temos a Master Plan em cima dessas áreas. Quando que vai ser construído nessas áreas ZEIS? Qual a perspectiva que temos? A Verinha acabou de colocar, participou de um primeiro edital. Mas quando que vai ser construído? Então, o Plano Municipal de Habitação, a Conferência vai trazer esse resultado porque obriga a quem estiver na cadeira de prefeito a cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Habitação para construir a habitação nesta cidade. Que não temos uma sobreposição. A gente tem o Poder Público dentro dessa gestão que entendeu que a política habitacional de habitação é importantíssima para a cidade para a construção de uma sociedade melhor e igualitária para todos. Criou-se o Programa Pode Entrar. Nós estamos falando do Programa Pode Entrar, mas depende da gestão. Se a próxima gestão não tiver esse entendimento, como ficam os movimentos? Como ficam as áreas de ZEIS? Como fica a política habitacional da cidade? Então, é nossa responsabilidade dentro dessa gestão do Conselho Municipal de Habitação discutir o Plano Municipal de Habitação e discutir a Conferência Municipal de Habitação da cidade. A cidade que temos hoje e a cidade que queremos daqui a 15 anos, que queremos daqui a 10 anos aqui. E recursos. Como vamos fazer isso? Vamos ter que se virar dentro da Conferência. Todas as teses, tudo que sabemos, todas as teorias, Carmen, vão ser discutidas, Marisete, vão ser discutidas dentro da Conferência Municipal de Habitação. E essa Conferência vai ter que ter um resultado, que é a construção do plano. Obrigado. **Sr. Secretário:** Obrigado, parceiro. Marília, você está absolutamente certa. A gente tem que aproveitar já o capital intelectual que foi desenvolvido na própria Conferência da Cidade. Acho que tem gente aqui que participou dessa organização tem um conhecimento absurdo, acho que isso tem que ser aproveitado. Como sugestão de encaminhamento, acho que podemos discutir o funcionamento do GT, a composição do GT, na nossa reunião Executiva. Depois apresenta ao plenário que a Executiva sugeriu como o funcionamento do GT. E a gente institui o funcionamento do GT a partir disso. Então, encaminho agora para a votação, se os Conselheiros concordarem. Por favor. **Sra. Luzia:** Dizer que o Maksuel começa a reunião de hoje no ponto anterior fazendo um levantamento histórico dos Secretários que passaram por aqui. E eu faço o levantamento também um pouco da história da SEHAB e dizer que a Conferência Municipal de Habitação é muito importante. Eu participei, inclusive, da primeira Conferência, e o quanto foi importante aquela primeira Conferência, na qual tinham vários grupos temáticos. Eu lembro que, na época, fiquei muito brava porque queria participar como munícipe e tive que participar trabalhando, porque também sou servidora, mas na época era da Associação de Moradores do meu bairro, que hoje quem está à frente é o Aguinaldo, que também é Conselheiro, o Guigui. Aquela associação onde ele está hoje, que tinha outro nome na época. Eu fui uma das pessoas que fundou aquela associação. Então, queria participar na época como munícipe, mas acabei participando, trabalhando enquanto servidora. Eu lembro que tivemos vários grupos temáticos naquela época, que foi muito importante. Dali surgiu diversas demandas depois para a Secretaria da Habitação e para outras Secretarias também. Mas teve uma coisa muito importante, que foi por causa daquela Conferência que estamos hoje aqui. Foi dali que saiu a comissão eleitoral que elegeu o primeiro Conselho Municipal de Habitação da cidade. Então, só queria fazer esse resgate e também dizer que estou favorável à criação do GT sim, que é o que vamos votar, e eu gostaria também de poder participar desse GT sim. **Sr. Secretário:** Obrigado, Conselheira. Então, a gente encaminha para a votação a aprovação da criação do GT para a organização da Conferência Municipal de Habitação. Os que concordam e aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Rafael Barreto Castelo da Cruz encerrou a reunião agradecendo a presença de todos.**